

**GASTOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DOS MUNICÍPIOS PAULISTA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA NO IDEB DO GASTO COM PESSOAL PRÓPRIO E COM COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS**

**JAIME CROZATTI**  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

**GABRIELA MANDU DOS SANTOS**  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Agradecimento à órgão de fomento:  
Universidade de São Paulo, Escola de Artes Ciências e Humanidades.

# GASTOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DOS MUNICÍPIOS PAULISTA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA NO IDEB DO GASTO COM PESSOAL PRÓPRIO E COM COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS

## 1. Introdução

Em meados da década de 1990, ocorreram importantes reformas em políticas públicas no Brasil, entre elas a educacional inspirada por movimentos internacionais (CÁRIA e OLIVEIRA 2015; GUSMÃO, 2013). Como parte dos esforços para melhorar a educação no país, foram criados fundos de natureza financeira e contábil e desta forma, pode-se observar um crescimento no gasto público e no respectivo incentivo à oferta de vagas nas escolas de ensino fundamental, principalmente no âmbito municipal devido às regras de distribuição de recursos entre os entes subnacionais (LIMONTI, PERES E CALDAS, 2014; LOYOLA, 2017). Esse foi um dos principais movimentos do estado brasileiro no sentido de descentralização da gestão das políticas públicas, institucionalizados pela Constituição Federal de 1988 (ARRETCHE, 1999; BRASIL, 2020). O primeiro resultado foi o aumento da taxa de inclusão de crianças na idade certa em sistemas de ensino (MORAES, 2018).

Com a universalização do ensino fundamental no início dos anos 2000, outros assuntos passaram a ganhar destaque nas pesquisas acadêmicas sobre a educação pública, como a qualidade do ensino ofertado e a eficiência dos gastos (GUSMÃO, 2013; MORAES, 2018). Diversos estudos denunciam o baixo nível de gasto em educação no Brasil em comparação com outros países e esse seria um dos motivos para um baixo desempenho brasileiro em avaliações internacionais; entretanto, a simples elevação de gastos não levaria necessariamente a um aumento na qualidade da educação (DIAZ, 2012). Como fundamento desta consideração, pode-se verificar que os municípios paulistas apresentaram, entre 2008 a 2015 elevação próxima a 22% nos gastos com educação, enquanto que as notas médias de português e matemática no SAEB, no mesmo período, tiveram variação próxima 9% (MACHADO et. al., 2018).

A reforma da gestão pública denominada na literatura como *NPM (New Public Management)*, implementada a partir de 1995 no Brasil, é influenciada por mudanças em diversos países do mundo como a Nova Zelândia e Grã-Bretanha. O objetivo é de trazer uma maior eficiência ao serviço público por meio da aplicação de estratégias utilizadas em empresas privadas para fazer, segundo Bresser-Pereira (2017), a manutenção do Estado Provedor (BRESSER-PEREIRA, 2017). Para Peroni e Caetano (2012), essa reforma trouxe uma transformação no papel do Estado e, com isso, houve alteração nas relações entre público e privado que passaram a ser estreitadas por meio de parcerias entre o Estado, o terceiro setor e as empresas privadas. Estas últimas, por sua vez, imprimiram suas lógicas e valores sobre a execução de serviços públicos (PERONI e CAETANO, 2012). Um dos princípios da *NPM* é o entendimento de que o setor privado é mais eficiente e eficaz em relação ao setor público.

Esse conjunto de lógicas, que ainda se encontra em desenvolvimento, provoca mudanças no serviço público brasileiro que também reorienta a área da educação que passa ter suas ações pautadas por atividades com busca crescente de resultados. Esta ideia ganha força e é objetivada em parcerias público-privadas que crescem e realizam significativas mudanças com impacto na autonomia da gestão das políticas públicas em nível regional, das redes municipais de educação, levando consigo as decisões de ensino público tanto nas questões das estratégias pedagógicas ou quanto na aplicação dos recursos orçamentários.

A consequência é que a maior participação do setor privado na política educacional local coloca em xeque a gestão democrática das escolas públicas brasileiras (ADRIÃO e PERONI, 2009).

Estudos apontam a influência e participação de empresas que fornecem Sistemas Privados de Ensino (SPEs) e a participação de Organizações do Terceiro Setor de grande relevância na formulação e implementação de políticas públicas na área educação. Adrião e Peroni (2009) indicam que a própria reforma e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar 101/2000, criou mecanismos de incentivo para as parcerias público-privadas possibilitando essa maior atuação de empresas e organizações privadas em colaboração com o setor público.

Os dados do presente estudo, que serão detalhados no desenvolvimento, permitem considerar consistente crescimento dos gastos orçamentários municipais com compras de materiais e serviços de terceiros se comparados aos gastos médios com o pessoal contratado diretamente pela rede municipal. Os mesmos dados permitem afirmar que outro grupo de municípios utilizou o incremento das verbas da educação no período de 2008 a 2018 para melhorar a remuneração do pessoal próprio, conforme preconiza a Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007, conhecida como Lei do FUNDEB (BRASIL, 2007).

Neste cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos no IDEB dos gastos dos municípios paulistas categorizados em dois grupos: a. os que concentraram os gastos dos recursos da educação na remuneração de pessoal próprio; b. os que concentraram os gastos dos recursos na educação em compras de materiais e serviços de terceiros, no período de 2008 a 2018. Este estudo apresenta resultados preliminares de um estudo mais amplo que procura analisar se há e em que medida o desenvolvimento de processo de transferência de responsabilidade pela oferta da política educacional para organizações do terceiro setor e do setor privado, também citado na literatura como terceirização de serviços públicos (SECCHI, 2009; BRESSER-PEREIRA, 2000; PERONI e CAETANO, 2012; ADRIÃO e PERONI, 2009).

Este trabalho está estruturado em cinco partes. A primeira é a introdução; na segunda discutiremos os principais pontos da revisão bibliográfica com os temas principais que cerceiam nosso objeto de estudo; na terceira parte apresentaremos os dados obtidos por meio da análise estatística dos municípios. Encerrando com a interpretação dos dados e conclusões finais.

## 2. Revisão Bibliográfica

### 2.1 Qualidade da Educação

A Constituição de 1988 apresenta uma série de marcos significativos para a área da educação, incluindo a definição da educação como um direito social (art. 06)(MEC, 2014). No momento em que entrou em vigor, o cenário nesse setor era bastante diferente do atual, apresentando taxas de atendimento de 82% para crianças de 7-14 anos no ensino fundamental e apenas 16,5% para ensino médio, este último com atendimento de indivíduos na faixa etária dos 15-19 anos. Outra questão da pauta pública da área era a taxa de analfabetismo das pessoas maiores de 15 anos que estava em 18,8%. Diante desses números, o Brasil assumiu compromissos internacionais para melhorar o setor criando o Plano Nacional Educação (PNE) e, posteriormente, institucionalizou a política nacional da educação com a entrada em vigor das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, no ano de 1994 e, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) no ano de 1996 (MEC, 2014).

Após ser definido como um direito social, a educação ganhou textos inovadores na nova Constituição Federal, nos artigos 205 a 214 (MEC, 2014). Entre eles, destaca-se o conceito de padrão de qualidade na educação, apresentado como parte dos Princípios da Educação Nacional, encontrado no artigo 206 (BRASIL, 2020). Contudo, observando apenas

o inciso VII - *Garantia de Padrão de Qualidade da Educação* é possível notar que faltam elementos para compreender de forma mais precisa o que esse padrão significa e como mensurá-lo. Na Constituição Federal (CF) de 1988, outros artigos também indicam caminhos e compromissos com a melhoria da educação, como a vinculação obrigatória de recursos apresentadas no artigo 212, que garante a aplicação de 18% de impostos da União e 25% de Estados e Municípios para serem destinados à educação brasileira (BRASIL, 2020).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nr. 9.346 de 1996, foram regulamentados diversos tópicos presentes na CF de 1988 referentes à educação, entre eles o detalhamento dos tipos de gastos que podem ser classificados contabilmente na categoria de Manutenção e Desenvolvimento da educação. Este dispositivo legal tornou-se essencial para orientar a utilização dos recursos advindos do FUNDEF e do Fundo De Desenvolvimento Da Educação Básica (FUNDEB) (LIMONTI, CALDAS E PERES, 2014). No título III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, a LDB aponta o padrão de qualidade da educação, especificado no inciso IX do artigo 4º. da seguinte maneira: “IX - Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 apresentam, assim, alguns princípios para o desenvolvimento da proposta de qualidade na educação no país. Todavia, outros elementos fora do contexto das regulamentações legais também desenvolvem o entendimento do conceito de qualidade.

Definir o que é qualidade na educação não é uma tarefa simples, a própria palavra é polissêmica e pode ser interpretada por diferentes perspectivas (GUSMÃO, 2013; ALVEZ E SILVA, 2013). No trabalho de Gusmão (2013) são apresentadas as principais definições em disputa no cenário educacional e como elas têm se modificado ao longo do tempo dependendo de seu contexto. Este estudo discorre algumas das interpretações que constroem esse conceito, entre elas: 1) Expansão da oferta de vagas, 2) Avaliação em larga escala, 3) Qualidade na perspectiva economicista,

Começando pela discussão sobre democratização do acesso à educação que tem como efeito a expansão da oferta de vagas, que foi a principal pauta dos anos 1980 para as políticas educacionais (ARRETCHE, 1999), essa ideia está diretamente ligada à da igualdade de oportunidades que também fazia parte da agenda educacional à época. Nesse cenário a perspectiva era de que, para poder discutir qualidade da educação, seria essencial incluir todos os indivíduos na rede de ensino. A escola era vista como excludente e causadora de desigualdades (GUSMÃO, 2013). Para resolver esta inconsistência institucional tornou-se necessário expandir o acesso ao ensino e posteriormente, zelar pela permanência dos alunos, tendo em vista que a evasão escolar continua como uma das variáveis de maior influência negativa no IDEB do ensino fundamental gerido por municípios (CROZATTI, 2019). Nesse contexto, realizar o movimento de expansão e garantir o acesso estava diretamente relacionado à qualidade da educação (GUSMÃO, 2013).

Quadro 01 – Quantidade, em milhões, de alunos fora da rede de ensino no Brasil

Ano	Crianças e adolescentes fora da escola de 4-17 anos (em milhões)
2010	3,84
2019	1,09

Ao conseguir-se avançar no acesso ao ensino, apesar das deficiências ainda existentes, uma outra pauta ganhou força e passou a estar relacionada ao entendimento de qualidade da educação no fim dos anos 1990: as avaliações em larga escala implementadas por influência

de políticas internacionais alterou a forma e o conceito de qualidade na educação. A criação e a aplicação do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) pela OCDE em 1997, revelou os resultados insatisfatório em Linguagens e Matemática dos estudantes brasileiros do ensino fundamental e médio, na edição daquele ano e nas edições posteriores (GUSMÃO, 2013).

O Brasil aderiu às avaliações em larga escala por influência dos movimentos internacionais para qualidade na educação (CÁRIA e OLIVEIRA, 2013). No Brasil, foram criados o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em nível nacional (INEP, 2020), entre outros testes regionais como o Sistema de Avaliação dos Resultados da Educação de São Paulo (SARESP) (SEESP, 2020). Estes sistemas visam avaliar as competências dos alunos brasileiros em linguagens e em matemática, como evidência da qualidade do ensino ofertado pelas diversas redes educacionais. Posteriormente, utilizando os resultados das avaliações em larga escala, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado por meio dos resultados das provas nacionais do SAEB e da taxa de aprovação dos alunos (INEP, 2020).

Diaz (2012) indica que a discussão sobre a elevação de gastos públicos no Brasil tem sido impulsionada pelos resultados abaixo das expectativas nas avaliações, principalmente internacionais como o PISA (DIAZ, 2012; GUSMÃO, 2013). Contudo, uma pesquisa realizada pela própria OCDE revelou que o Brasil, em comparação com outros países americanos, não estaria gastando tão pouco na área da educação, e mais, que existem outros fatores que impactam no desempenho da qualidade educacional que vão além da elevação de gastos (DIAZ, 2012; MORAES, 2018)).

Esse ponto traz à luz a busca da análise da eficiência e da eficácia dos gastos com educação, bem como, que a perspectiva da qualidade na educação pode ser vista sob uma visão econômica, avaliada com base na aplicação de recursos financeiros *vis a vis* os resultados obtidos com esta aplicação. IDEB em 2005, várias análises da políticas educacional de forma geral e da educação fundamental em especial, passaram a se voltar para essa visão da qualidade baseada em desempenho dos alunos e o gasto realizado pelo setor público.

## 2.2 – Reformas administrativas no setor público brasileiro

Para Bresser-Pereira (2000) existem três modelos de administração do estado, sendo eles: patrimonialista, burocrático e gerencial. As reformas burocráticas começam na Europa desde o século XIX, mas no Brasil são implementadas a partir de 1930, buscando um rompimento com o patrimonialismo anteriormente instalado no país e possibilitando a criação instituições racionais burocráticas e uma burocracia profissional (BRESSER, 2000). Neste modelo, por eficiência é central, desta forma, o planejamento e a execução são pensados de forma separadas com base nas ideias de divisão de trabalho, compõe os princípios do modelo: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Contudo, o modelo de Weber passa a ser duramente criticado a partir do momento de fim da 2ª Guerra Mundial por outros autores, por criar o que chamamos de “disfunções burocráticas” que podem ser representadas pela resistência a mudanças, impacto negativo sobre os trabalhadores pela limitação das tarefas e desvirtuamento dos objetivos causado pela acritica dos trabalhadores (SECCHI, 2009).

A partir desse cenário, os modelos do gerencialismo começam a ganhar força dentro da administração pública, o *New Public Management (NPM)* é um deles, tendo os seus valores baseados na eficiência, eficácia e competitividade. Dentre as propostas do modelo, temos uma maior descentralização das políticas e serviços públicos, adoção de práticas de gestão do mercado privado, avaliação de desempenho entre outras (SECCHI, 2009). Com isso, nos anos 1980 começam ondas de reformas gerenciais, primeiramente, em países como

Nova Zelândia Austrália e Reino Unido, e se estendendo para a América Latina nos anos 1990 (BRESSER, 2000;2017).

No Brasil, a Reforma Gerencial do Estado ocorre em 1995, e na visão de Bresser (2000 e 2017) ela é essencial para a manutenção de um estado provedor, uma vez que promove ferramentas por meio de instituições legais e organizacionais para que a burocracia profissional instalada possa atuar de forma eficiente. Ao instalar as ideias e técnicas gerenciais, defende-se que será possível oferecer serviços públicos com uma qualidade superior para os cidadãos com o menor custo (BRESSER, 2000).

### 2.3 - Educação fundamental: gestão, qualidade e gastos municipais.

Um dos papéis do Estado é distribuir recursos à população pela prestação de serviços com equidade (BENÍCIO; RODOPOULOS; BARDELLA, 2015, p. 19). Como a educação tem maior peso no desenvolvimento social de um país, quando bem gerida, proporciona retorno em níveis de bem-estar pelo efeito multiplicador em aperfeiçoar outros resultados (PIRES, 2005).

Os municípios, responsáveis prioritários pela oferta da educação fundamental (BRASIL, 1988), estruturam redes de ensino em conformidade com a demanda para a qual definem condições físicas e de localização das escolas, qualificação e remuneração dos professores, materiais didáticos, deslocamentos, conteúdos dos projetos pedagógicos e outras que consomem recursos orçamentários.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) avalia o ensino fundamental com cobertura e abrangência nacional. O IDEB é calculado compondo o indicador do fluxo escolar com a nota padronizada em exame nacional das disciplinas português e matemática e, “Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (FERNANDES, 2007, p. 01). Usado por outros países que têm conseguido bons resultados na melhoria da qualidade na educação, indicadores como o IDEB têm sido aceitos por refletirem a qualidade das redes de ensino (FERNANDES, 2007).

Moraes (2018) concluiu que a eficiência na educação dos municípios brasileiros, identificada por variáveis que evidenciam considerável parte da estrutura de funcionamento da rede municipal do ensino fundamental (adequação docente, complexidade da gestão, esforço docente, rotatividade docente, remuneração docente e infraestrutura escolar), definem 5 agrupamentos (*clusters*) de municípios que ratificam a afirmação de que “para a melhoria da qualidade de quaisquer indicadores, é necessário levar em consideração o perfil da municipalidade em questão para melhor precisão no diagnóstico de quais ações devem ser formuladas e implementadas” (MORAES, 2018, p. 140). Das descobertas, pode-se afirmar que a forma (natureza e objeto) do gasto, combinada com aspectos que definem a estrutura de funcionamento e da gestão da rede de ensino, escolhas do poder local, estão fortemente relacionadas à qualidade e resultados do ensino.

A execução orçamentária é “o processo que consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais” (MPDG, 2018). Há três etapas na execução orçamentária. O empenho, que gera obrigação de pagamento, acontece para a realização da despesa e se limita ao crédito orçamentário; a Liquidação implementa a condição; e o pagamento ocorre pela transferência do valor ao credor. Todas as fases da execução orçamentária são registradas pela contabilidade do ente público (SLOMISK, 2013). O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) identifica e conceitua a despesa pública segundo os sistemas orçamentário e Patrimonial (STN, 2018). No orçamentário a despesa pública é definida como:

“o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade” e é classificada em um dos 83 códigos do elemento de despesas para identificação do “objeto” do gasto (STN, 2018, p. 79). O elemento de despesa.

“Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins” (MPDG, 2001, p.12).

Para finalidades do presente estudo os 83 códigos do elemento de despesa (STN, 2018, p. 79) na execução orçamentária das despesas educacionais da rede pública dos municípios paulistas foram agrupados em cinco categorias que representam as seguintes naturezas:

- A. Relativos ao pessoal próprio incluindo gastos com o RGPS – Regime Geral da Previdência Social;
- B. Relativos a viagens como diárias e deslocamentos;
- C. Financeiros como juros e amortizações de dívidas;
- D. Materiais diversos e contratação de pessoal terceirizado, seja pessoa física ou serviços de pessoa jurídica;
- E. Materiais permanentes e obras, desde que duráveis;

Estas categorias foram utilizadas nas análises, conforme descrito no tópico 4 – Resultados e Análises, As Categorias A e B foram o foco do estudo, tendo em vista que os gastos médios por aluno destas duas categorias apresentam alto nível de associação (Corr. = - 85%). Esta identificação comprova que diante do cenário e da disponibilidade de recursos oportunizada pelo orçamento da área, os responsáveis pela gestão da política educacional constroem decisões que privilegiam ora a remuneração de pessoas, ora a compra de materiais e serviços de terceiros, tendo em vista a disponibilização dos recursos pedagógicos e de alimentação nas respectivas redes de ensino municipal.

Os dispositivos da Lei do Fundeb determinam que “Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública (BRASIL, 2007)”. Inspirado por este dispositivo legal que determinou a principal fonte de recursos da educação no país, este trabalho definiu 60% do gasto com pessoal próprio como corte para a classificação dos municípios entre aqueles que concentram gastos com pessoal e os que concentram gastos com compras de materiais e serviços. Estes e outros aspectos da metodologia utilizada serão apresentados a seguir.

### 3 – Metodologia

O presente estudo pode ser classificado como exploratório descritivo e explicativo, haja vista o objetivo de descrever e identificar a relação do IDEB do ano 2018 das redes municipais de educação fundamental no Estado de São Paulo com os gastos com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços. Para Stevenson (1981, 341), “a análise da correlação e regressão compreende a análise de dados amostrais para saber se e como duas ou mais variáveis estão relacionadas uma com a outra numa população”. Este estudo usa a técnica de análise de regressão multivariada (HAIR et al 2009, 149-220) pelos Mínimos Quadrados Ordinários (WOOLDRIDGE, 2016; FÁVERO, 2015).

Foram utilizados os dados dos 644 municípios do estado de São Paulo, com exceção da Capital. A cidade de São Paulo foi excluída tendo em vista que tem população equivalente a 42% da população das demais e orçamento público, para 2018, equivalente 49,4% da soma do orçamento de todos os municípios do estado (STN, 2019). Tais municípios foram agrupados por sua população estimada pelo IBGE para 2017, em cinco faixas, para detalhamento das análises, conforme divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2019):

Os gastos por elemento de despesa foram obtidos pela agregação dos empenhos emitidos constantes das planilhas disponibilizadas no site do TCE/SP (2018). Foram ainda agregados conforme a categoria do elemento de despesa, pelo código da classificação do quinto e do sexto dígitos da coluna “ds\_elemento”. Estes dígitos representam o código identificado na “Tabela D” da Portaria Interministerial 163 do STN e do MPDG para a classificação da despesa pública conforme o elemento de despesa (MPDG, 2001, p. 12). Os valores dos respectivos empenhos foram agregados conforme as categorias A a E, descritas no final da seção anterior deste trabalho.

Os gastos totais por categoria do elemento de despesa foram, então, divididos pela quantidade de alunos matriculados anualmente em cada rede de ensino, conforme dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), para encontrar o gasto médio por aluno em cada ano e em cada município, e assim ponderar o porte do município, o volume da demanda pelo serviço público referido e o montante de gastos realizados em cada ano. Todos os valores financeiros da execução orçamentária dos municípios foram atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2019a) entre cada ano e o ano de 2019, para eliminar o efeito da inflação nas análises e atualizar até o ano mais recente da divulgação de tais dados.

Em sequência, identificamos os municípios que tiveram, no ano de 2018, proporção superior e os que tiveram proporção inferior aos 60% do gasto com educação aplicada na remuneração de pessoal próprio. O primeiro grupo dos municípios, os que tiveram aplicação superior a 60% com pessoal próprio, recebeu o nome de Grupo A de municípios; o outro recebeu o nome de Grupo B nas análises que se seguem.

As notas do IDEB e a quantidade de alunos matriculados foram obtidas no site do IDEB (INEP, 2018). Os municípios foram agrupados em função de sua população estimada pelo IBGE para o ano de 2017, em sete faixas, criadas com o objetivo de detalhamento das análises e a partir da distribuição de frequência semelhante da quantidade de municípios (das faixas 1 à 4 e de 5 à 7), nas análises da próxima seção. Para identificação da faixa populacional foram considerados os seguintes limites:

Faixa 1 – até 30.000 habitantes

Faixa 2 – entre 30.001 e 50.000 habitantes

Faixa 3 – entre 50.001 e 300.000 habitantes

Faixa 4 – entre 300.001 e 1.000.000 de habitantes

Faixa 5 – acima de 1.000.000 de habitantes

Considerando a natureza dos dados e o objetivo do estudo, foram empregadas a estatística descritiva e a análise de regressão múltipla como técnica de estimação. Os requisitos de normalidade, homocedasticidade e linearidade (HAIR et al 2009, p. 82-8; CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2014, p. 40-6) e da ausência da multicolinearidade (HAIR et al., 2009, p. 160; FÁVERO et al, 2014, p.131 e FÁVERO, 2015, p. 45-62) para as variáveis usadas neste estudo e exigidas pela técnica, foram verificados e achados adequados pelo teste visual do histograma, pelos testes de White, Shapiro-Wilk e da correlação linear e o fator de inflação da variância ou VIF (*variance inflation fator*) (HAIR et al., 2009, p. 190-1; FÁVERO et al., 2014, p. 131-42; FÁVERO, 2015, p. 45-62).



#### 4 – Resultados e análises

Na sequência são apresentados os dados descritivos de maneira a formar, em progressão, a visão da influência no IDEB dos municípios paulistas do ano de 2018 dos gastos com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços.

Quadro 02 – Quantidade de Municípios, população, alunos matriculados, total do gasto no ensino fundamental em 2018 e média da média do gasto por aluno matriculado no ensino fundamental em 2018 por faixa populacional dos municípios paulistas discriminados entre os que tem gastos altos com pessoal próprio e com materiais e serviços.

faixa pop.	A - Maior gasto c/pessoal próprio					B - Maior gasto c/materiais e serviços				
	Qtde.	População	Matriculas	Gastos Total Ensino Fundamental em 2018*	Média do Gasto Médio por aluno no Ensino Fundamental em 2018	Qtde.	População	Matriculas	Gastos Total Ensino Fundamental em 2018*	Média do Gasto Médio por aluno no Ensino Fundamental em 2018
1	303	3.016.803	246.218	2.434,10	12.362,54	141	1.460.984	107.874	1.164,31	15.782,42
2	47	1.850.950	129.820	1.239,47	12.616,44	17	656.028	35.435	387,14	11.492,22
3	68	7.360.819	439.015	4.467,54	12.482,67	44	5.746.773	374.052	4.265,77	10.934,43
4	14	6.288.430	325.514	3.193,39	9.885,69	8	4.074.511	150.919	1.519,95	11.018,83
5	1	1.349.113	54.943	560,09	10.193,98	1	1.182.429	18.468	395,26	21.402,62
Todos	433	19.866.115	1.195.510	11.894,59	12.321,75	211	13.120.725	686.748	7.732,44	14.271,83

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TCESP e o INEP.

\*Valores em milhões de reais.

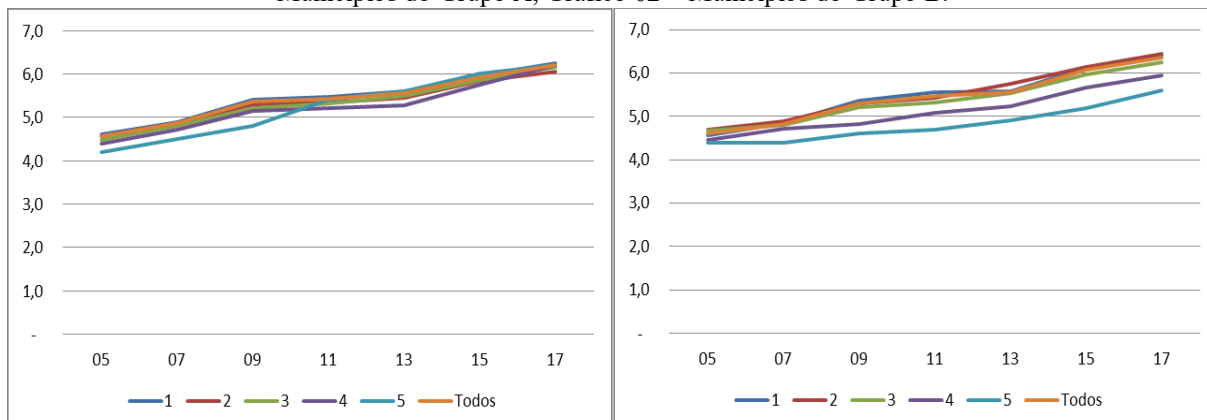
Legenda: Faixa 1: até 30.000 habitantes; Faixa 2: entre 30.001 e 50.000 habitantes; Faixa 3: entre 50.0001 e 300.000 habitantes; Faixa 4: entre 300.001 e 1.000.000; Faixa 5: acima de 1.000.000 de habitantes.

Os municípios, desagregados em Grupo A e B, conforme Quadro 02 acima, tem maior quantidade de municípios nas faixas populacionais 1, os que tem até 30 mil habitantes. Nestas cidades moram quantidade de pessoas similares na cidade com mais de 1 milhão de habitantes, no Grupo B.

Observa-se que os municípios do Grupo B têm maior gasto médio por aluno, exceto nas categorias populacionais 3 e 4 (entre 50 mil e um milhão de habitantes). O município com mais de 1 milhão de habitantes deste grupo é a cidade de Campinas que tem mais do que o dobro de gasto médio por aluno do que o município com mais de 1 milhão de habitantes do Grupo A, que é a cidade de Guarulhos. Campinas tem orçamento equivalente ao de Guarulhos e atende a uma demanda de quase três vezes menor de alunos, apesar de as populações residentes serem similares. Este dado mostra que aspectos como o número de filhos por família é distinto entre as duas cidades e, porque não considerar também, nas regiões.

Os 644 municípios gastaram, em 2018, cifra superior a 19 bilhões de reais no ensino fundamental. Os 433 municípios que compõem o Grupo A gastaram 11,8 bilhões e os 211 municípios que compõem o Grupo B gastaram 7,7 bilhões de reais.

Gráficos 01 e 02 – Média do IDEB dos municípios paulistas nas versões de 2005 a 2017 – Gráfico 01 – Municípios do Grupo A; Gráfico 02 – Municípios do Grupo B.

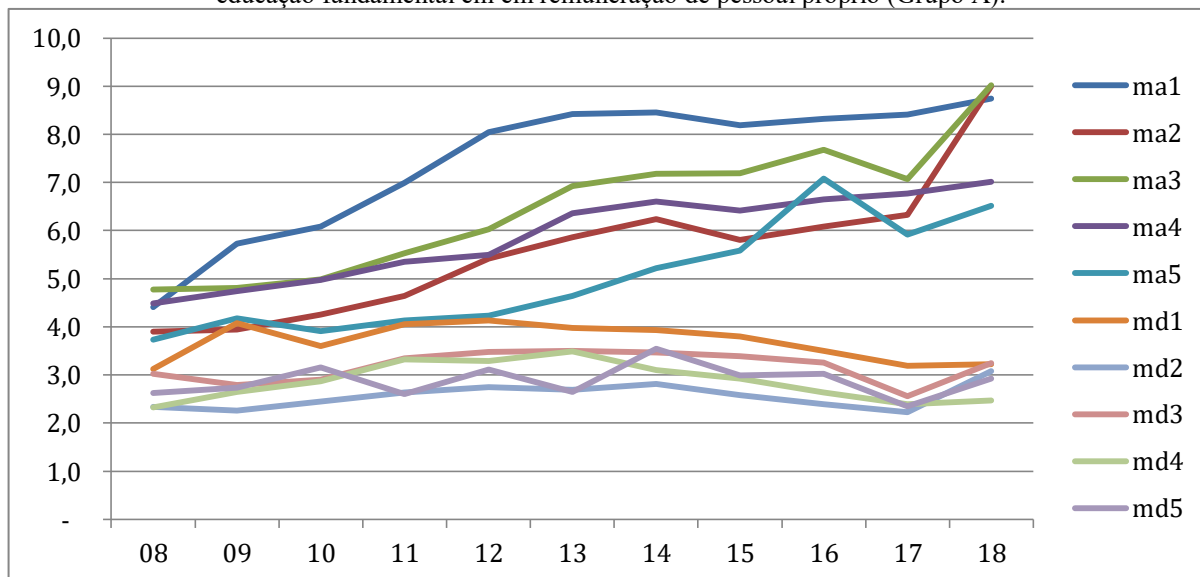


Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do INEP.

Legenda: Faixa 1: até 30.000 habitantes; Faixa 2: entre 30.001 e 50.000 habitantes; Faixa 3: entre 50.0001 e 300.000 habitantes; Faixa 4: entre 300.001 e 1.000.000; Faixa 5: acima de 1.000.000 de habitantes.

O IDEB médio dos municípios paulistas, quando agregados em Grupo A e Grupo B pelos critérios já descritos, apresentam interessante semelhança de comportamento. Todos, no início da série, tem suas notas de IDEB na casa entre 4 e 5 pontos e concluem a série próximos a 6 pontos, com todos as faixas populacionais do Grupo A superando este valor. Os do Grupo B com população acima de 300 mil habitantes não conseguem superar a nota de 6 pontos, na média. A boa notícia, evidenciada pelos gráficos 01 d 02 acima é de que há incremento na médio do IDEB no período analisado, em média 35% de crescimento em relação aos valores iniciais em 2005.

Gráfico 03 – Média do gasto com pessoal próprio (ma) e do gasto com materiais e serviços de terceiros (md) nos anos de 2008 a 2018 dos municípios paulistas por faixa populacional (1 a 5) que concentram os gastos da educação fundamental em em remuneração de pessoal próprio (Grupo A).



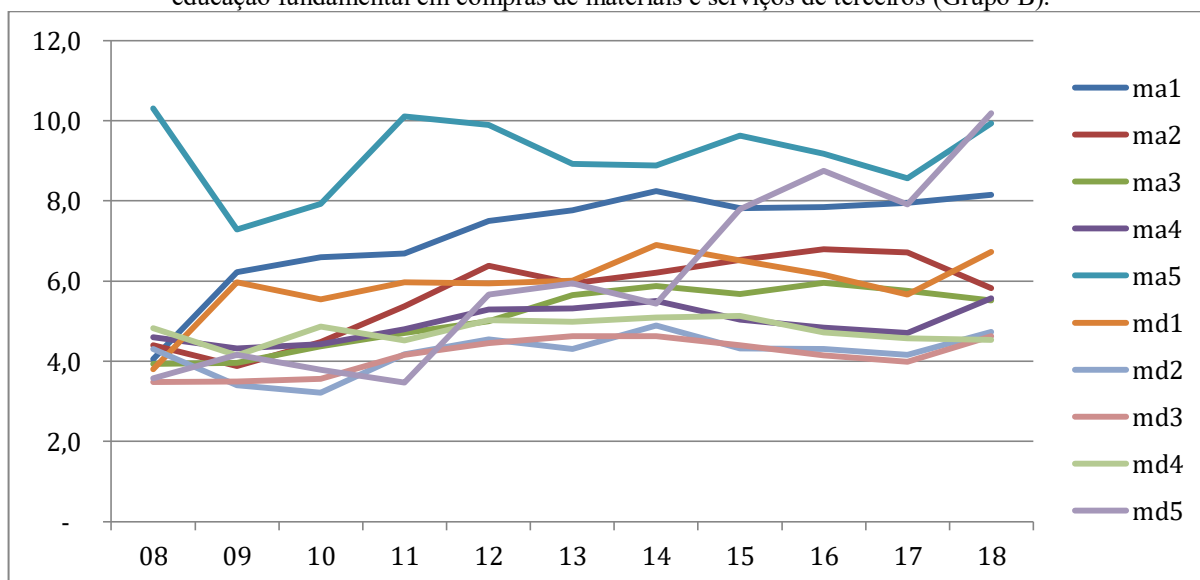
Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do TCESP e do INEP.

Legenda: ma: média do gasto médio por aluno com remuneração de pessoal próprio; md: média do gasto médio por aluno com compras de materiais e serviços. Faixa 1: até 30.000 habitantes; Faixa 2: entre 30.001 e 50.000 habitantes; Faixa 3: entre 50.0001 e 300.000 habitantes; Faixa 4: entre 300.001 e 1.000.000; Faixa 5: acima de 1.000.000 de habitantes.

O Gráfico 03 acima, evidencia um dos primeiros achados do presente estudo. Mostra o comportamento da média por aluno do gasto com pessoal próprio dos municípios do Grupo A, aqueles que concentram os gastos da educação com remuneração do pessoal próprio, conforme determinações da Lei do Fundeb. Observa-se interessante comportamento e similaridade entre as médias dos gastos com material e serviços em relação aos com pessoal próprio no início do período analisado e, conforme o passar dos anos, estas médias se distanciam umas das outras, formando dois grupos de linhas: a dos gastos médios com pessoal se elevam consideravelmente; as dos gastos médios com compras diminuem no período.

Esta constatação evidencia, inicialmente, que os 433 municípios do estado de São Paulo que privilegiaram os gastos com pessoal próprios criaram estruturas de valorização do corpo técnico e pedagógico que atende às redes municipais, de forma a considerar a gestão da política de educação a partir da criação de estruturas institucionalizadas de atração de pessoas bem como de remuneração e valorização destes profissionais. Como poderá ser visto nas análises a seguir, esta institucionalização de carreiras do pessoal da área produzirá melhores influências (nível de associação) no IDEB nestes municípios, o que corrobora com os achados de diversos outros estudos já publicados.

Gráfico 04 – Média do gasto com pessoal próprio (ma) e do gasto com materiais e serviços de terceiros (md) nos anos de 2008 a 2018 dos municípios paulistas por faixa populacional (1 a 5) que concentram os gastos da educação fundamental em compras de materiais e serviços de terceiros (Grupo B).



Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do TCE/SP e do INEP.

Legenda: ma: média do gasto médio por aluno com remuneração de pessoal próprio; md: média do gasto médio por aluno com compras de materiais e serviços. Faixa 1: até 30.000 habitantes; Faixa 2: entre 30.001 e 50.000 habitantes; Faixa 3: entre 50.001 e 300.000 habitantes; Faixa 4: entre 300.001 e 1.000.000; Faixa 5: acima de 1.000.000 de habitantes.

O Gráfico 04 acima, evidencia o segundo achado deste estudo: o de que os municípios que privilegiaram as compras de materiais e serviços de terceiros tiveram um comportamento nada homogêneo nas médias por alunos com os gastos com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços. Quais tipos de gastos estes municípios registraram nos elementos de despesas da categoria compras de materiais e serviços deste estudo? Que tipo de material pedagógico, alimentação e/ou serviços terceirizados para atendimento das demandas das respectivas redes municipais os 211 municípios do Grupo B contrataram nos anos de 2008 a 2018? Estes dados são evidências contábeis de que há um processo de terceirização na prestação dos serviços de educação pública para além daqueles já indicados na literatura citada no tópico 2 deste estudo? Respostas a estas perguntas são indicações de que a área

merece atenção, haja vista a tramitação no Congresso Brasileiro de Proposta de Emenda Constitucional para aumento relevante dos recursos que serão repassados pela União para o financiamento da educação nos municípios brasileiros.

Para avaliar o nível de influência (associação) entre os IDEB do ano de 2017 e os gastos médios com pessoal e com compras de materiais e serviços, procedemos a análise de regressão múltipla, cujos indicadores são apresentados no Quadro 04 a seguir.

Quadro 03 – Análise da regressão múltipla para explicação da influência no IDEB dos gastos com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços nos municípios do Grupo A.

Source	SS	df	MS	Number of obs	403	
				F( 3, 399)	220,58	
Model	107,907955	3	35,9693184	Prob > F	0	
Residual	65,0650349	399	0,16307026	R-squared	0,6238	
				Adj R-squared	0,621	
Total	172,97299	402	0,43028107	Root MSE	0,40382	
ideb17	Coef.	Std. Err	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ideb15	0,7970575	0,0342106	23,3	0	0,729802	0,864313
ma17	0,0000139	8,37E-06	1,66	0,098	-2,56E-06	0,0000304
md17	0,000034	0,0000183	1,86	0,063	-1,89E-06	0,0000699
_cons	1,271528	0,1946106	6,53	0	0,8889377	1,654118

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que a equação de regressão obtida nesta combinação de variáveis (ma17 e md17) é capaz de explicar 62,38% (*R-squared*: 0,6238) da variação do IDEB no grupo de municípios que privilegiaram os gastos com pessoal próprio na aplicação dos recursos da educação, o Grupo A. Observa-se, também, que os gastos médios do ano de 2017 com pessoal próprio (ma17) e com compras de materiais e serviços de terceiros (md17) têm relação com significância estatística (*p-value*) até 10%. Esta é uma evidência de que a combinação encontrada por estes municípios em distribuir os recursos entre a remuneração de pessoal e materiais têm respondido satisfatoriamente aos desafios de melhorar a qualidade do ensino nas respectivas redes municipais.

Quadro 04 – Análise da regressão múltipla para explicação da influência no IDEB dos gastos com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços nos municípios do Grupo B.

Source	SS	df	MS	Number of obs	189	
				F( 3, 185)	106,58	
Model	44,5656842	3	14,8552281	Prob > F	0	
Residual	25,7864851	185	0,13938641	R-squared	0,6335	
				Adj R-squared	0,6275	
Total	70,3521693	188	0,37421367	Root MSE	0,37334	
ideb17	Coef.	Std. Err	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ideb15	0,7437986	0,0431482	17,24	0	0,6586728	0,8289244
ma17	0,0000193	0,0000135	1,43	0,154	-7,27E-06	0,0000458
md17	-0,0000000828	0,000013	-0,01	0,995	-0,0000257	0,0000255
_cons	1,713335	0,2629342	6,52	0	1,1946	2,23207

Fonte: dados da pesquisa

De forma análoga ao Quadro 03, anterior, pode-se observar que a combinação da média por aluno dos gastos com remuneração de pessoal próprio e com compras de materiais e serviços explica a variação do IDEB de 2017 e 63,35% (*R-squared*: 0,6335). Porém, observa-se também que o nível de influência das variáveis ma17 e md17 que representam a média dos gastos com remuneração de pessoal próprio no modelo econométrico obtido por esta análise de regressão têm comportamentos distintos. Enquanto a variável ma17 tem o valor de *p* (*p-value*) igual a 0,154 o que mostra certo nível de associação desta variável e a variável dependente (ideb17), a variável md17 que representa a média do gasto por aluno com compras de

materiais e serviços tem valor de  $p$  ( $p$ -value) igual a 0,995, o que representa baixo nível de associação entre esta variável com a variável dependente. Estes dados indicam que para o Grupo B de municípios, aqueles que privilegiaram o gasto com compras de materiais e serviços de terceiros, em detrimento da remuneração do gasto com pessoal próprio, o IDEB do não de 2017 não é influenciado pelos gastos com compras de materiais de terceiros, o que leva a novos questionamentos quanto a aplicação dos recurso da educação.

Quadro 05 – Síntese de indicadores da correlação multivariada entre o IDEB dos anos 2009 a 2017 e os respectivos gastos médios por aluno nos mesmos anos e o IDEB do ano anterior dos municípios paulistas agrupados pelos que privilegiaram gastos com pessoal próprio (A) e os que privilegiaram gastos com compras de materiais e serviços (B)

Grupo de Munic.	A - Maior gasto c/pessoal próprio					B - Maior gasto c/materiais e serviços				
	09	11	13	15	17	09	11	13	15	17
Indicador\Ano										
Number of obs (n)	387	404	411	405	403	176	181	188	189	189
R-squared	0,3907	0,5466	0,5064	0,4363	0,6238	0,3444	0,4588	0,5846	0,5763	0,6335
p-value ideb ant.	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
p-value ma	0,0660	0,0480	0,0210	0,1720	0,0980	0,0510	0,7580	0,1270	0,2590	0,1540
p-value md	0,0000	0,0150	0,3810	0,0920	0,0630	0,3040	0,7580	0,0280	0,3430	0,9950
p-value -cons	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que o coeficiente de determinação (R-squared) cresce em todos os anos da análise, indicando que o conjunto dos três indicadores (IDEB do ano anterior, gasto médio com pessoal próprio e gasto médio com compras de materiais e serviços) assume maior capacidade de explicação do IDEB no ano em que o respectivo gasto foi realizado. Porém, é flagrante que o indicador de significância estatística dos indicadores dos gastos médio por aluno com compras de materiais e serviços de terceiros (p-value md) e do gasto médio com pessoal próprio (p-value ma) para os municípios do Grupo B, tem menor significância estatística uma vez que variaram entre 0,1270 e 0,9950, enquanto que os mesmos indicadores para os municípios do Grupo A, aqueles que concentram os gastos da educação fundamental com pessoal próprio, tem significância estatística em nível de 10% para todos os anos de 2009 a 2017.

Estas constatações possibilitam uma relevante discussão sobre o uso dos recursos na educação que deverão sofrer significativo incremento pela discussão em andamento no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional 95/2015 em substituição à Lei 11.494/07.

## 5. Conclusão

O presente estudo procurou avaliar o nível de associação entre os gastos médios com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços nos municípios paulistas com estes últimos agregados em dois grupos: a. os que privilegiaram os gastos dos recursos da educação com pessoal próprio, aplicando acima de 60% destes recurso em remuneração de pessoal; e b. os que privilegiaram os gastos dos recursos da educação fundamental em compras de materiais e serviços de terceiros.

Observou-se que os gastos na sub função educação fundamental para os municípios do estado de São Paulo teve significativo aumento, passando de 15 bilhões em 2008 para mais de 19 bilhões de reais em 2018. Observou-se que os gastos médios com pessoal próprio e com compras de materiais e serviços de terceiros também tiveram significativo incremento, o que mostra maior valorização dos profissionais da educação no mesmo período.

Quando os dados foram discriminados pelos dois grupos de municípios nas análises, observou-se que os do Grupo A, que privilegiaram os gastos com pessoal próprio foi composto por 433 municípios e que os gastos combinados entre pessoal e compras de terceiros produziram, conjuntamente, resultados educacionais interessantes, fazendo o IDEB subir 35 % no período de 2005 a 2017.

Porém, as evidências do presente estudo mostraram que os gastos dos municípios que compuseram o Grupo B, aqueles que privilegiaram os gastos com compras de materiais e serviços, os gastos médios por aluno do segundo tipo de gasto, compras, não tem nível de associação significativo com o IDEB e que provavelmente são realizados de forma não estruturada por decisões de políticas públicas e sim por imposições legais como a da LRF que determina o gasto mínimo de 25% da Receita Corrente Líquida.

Este estudo mostrou uma nova face dos gastos e da qualidade da educação nos municípios brasileiros. Outras, com nível de detalhamento maior, precisam ser feitas. Como, com o que, de que maneira estes gastos dos municípios do Grupo B estão sendo planejados, estimados e realizados? Outra questão que se pode levantar neste momento como futura questão de pesquisa diz respeito ao papel dos órgãos de controle interno de controle externo, haja vista que vários municípios incrementaram estruturas de Controladoria Interna e são auditados pelo Tribunal de Contas do Estado.

## 6. Referências bibliográficas

- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado - Implicações para a democracia educacional. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.
- ALVEZ, Thiago, SILVA, Rejane Moreira da. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 851-879, jul.-set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de junho de 2020.
- ARRETECHE, M. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14 no 40 junho/99, p. 111 – 41.
- BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS F.. Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência. Brasília, 2015: Ministério da Fazenda.
- BRASIL – Lei 11.494 de 20 de junho de 2007. Lei do FUNDEB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm)
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 23 de junho de 2020.
- BRASIL. Decreto nr. 6.094, de 24 de abril de 2007. Diário oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 25 de abril 2007, 5.
- BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação - 9.346/1996. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm/)>. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado em 1995\*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 34(4):7-26, Jul./Ago. 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial e a legitimação do estado social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 51(1):147-156, jan. - fev. 2017

- CÁRIA, Neide Pena, OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E A GESTÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO. *Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 16 | n. 26 | p. 22-40 | jul. 2015.*
- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M.. Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo, 2014: Atlas.
- CROZATTI, J. O que influenciou o Ideb do ano de 2017 do ensino fundamental dos municípios paulistas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 1-17.
- DIAZ, Maria Dolores Montoya. Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 32, no 1 (126), pp. 128-141, janeiro-março/2012.
- FÁVERO, L. P.. Análise de dados: modelos de regressão com excel, stata e spss. São Paulo: Campus/Elsevier, 2015.
- FÁVERO, L. P.; BERLFIORRE, P; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. Métodos Quantitativos com Stata. São Paulo: Campus/Elsevier, 2014.
- GOMES, M. H. S. C.; BRESCIANI, L. P.; AMORIM, W. A. Políticas Sociais, Educação e Desenvolvimento Econômico: busca Por Evidências Correlacionais a Partir das Avaliações do Ideb de três Municípios Paulistas . *Gestão & Regionalidade*, v. 32, n. 94, p. 36-51, 2016.
- GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PADUA, K. C.. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 100, n. 255, p. 277-296, ago. 2019 .
- GUSMÃO, Joana de Buarque. A construção da noção de qualidade da educação. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, abr./jun. 2013.
- HAIR, J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L.. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman Ed., 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça cidades e estados do Brasil. Brasília-DF: 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em abril de 2019.
- INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira. *Seab*. 2020. Acesso em 01/06/2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>.
- \_\_\_\_\_. (2019). Indicadores educacionais. Brasília-DF: 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em abril de 2019.
- \_\_\_\_\_. (2019). Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Brasília, 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf). Acesso em março de 2019.
- JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. O.. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, Campinas , v. 27, n. 2, p. 177-202, ago. 2016 .
- LIMONTI, R. M., PERES, U. D., CALDAS, E. L. Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 48(2):389-409, mar./abr. 2014
- LOURENÇO, R. L.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; SAUERBRONN, F. F.; MACEDO, M. A. S. Determinantes Sociais e Pedagógicos das Notas do IDEB . *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 11, n. 4, p. 27-43, 2017.
- LOYOLA, Paulo. autonomia municipal e interdependência federativa: uma análise sobre as mudanças ocorridas no acesso e nos gastos em educação no brasil (2000–2014)\*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, no. 140, p.767-790, jul.-set., 2017

- MEC – Ministério da Educação. Consulta Pública ao Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015. Disponível em: <  
<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/454-divulgacao-aco-es-2004863616/consulta-publica-514658155/20514-consulta-publica-ao-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>>. Acesso em: 20 de Julho de 2020.
- MEC – Ministério da Educação. Fundeb – apresentação. Brasília-DF: 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em abril de 2019.
- MORAES, Joysi; DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina Holanda. qualidade da educação nas escolas públicas no brasil: uma análise da relação investimento por aluno e desempenho nas avaliações nacionais. Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, [s.i.], v. 15, n. 3, p. 34-65, set. 2017.
- MORAES, V. M.. Análise da eficiência em educação fundamental das municipalidades mediante a elaboração de uma tipologia de municípios. São Paulo: Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP. 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-27082018-151036/fr.php>
- MS – Ministério da Saúde. Índice de Gini da renda domiciliar per capita. Brasília-DF: 2019. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginisp.def>. Acesso em abril de 2019.
- PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, R. C. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Novo Desenvolvimentismo e as Parcerias Público Privadas na Educação. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 38, p. 57-67, jul./dez. 2012.
- REZENDE, L. M.; JANNUZZI, P. M. Monitoramento do plano de desenvolvimento da educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores. *Revista do Serviço Público*, v. 59, n. 2, p. 121-150, 2008
- SCIELO. Modelo de publicação eletrônica para países em desenvolvimento [online]. SciELO, 2019. Acesso em setembro de 2019. Disponível em: [https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Modelo\\_SciELO.pdf](https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Modelo_SciELO.pdf)
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009
- SECHI, L.. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- SEESP – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *Saresp*. 2020. Acesso em: 02/06/2020. Disponível em: <https://saresp.fde.sp.gov.br/>
- SPELL – Scientific periodicals electronic library. Busca de artigos. Maringá-PR: 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/>. Acesso em abril de 2019.
- STEVENSON, W. J.. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra, 1981.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional (2019). Siconfi Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro. Brasília-DF: 2019. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em abril de 2019.
- TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas anuais. São Paulo-SP: 2019. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/contas-anuais>. Acesso em janeiro de 2019.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica. São Paulo: 2020. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/456.pdf?1969753478/=&utm\\_source=content&utm\\_medium=site-todos/](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos/)>. Acesso em 26 de junho de 2020.
- WOOLDRIDGE, J.. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. 3ª. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.